



Câmara Municipal de Nova Venécia ***Estado do Espírito Santo***



II – DA INICIATIVA E DA MATÉRIA LEGISLADA:

O Município foi erigido à condição de ente federado autônomo, conforme estabelece os arts. 1º e 18 da Constituição Federal. Essa autonomia traduz a capacidade do Município de possuir governo próprio, organizar-se por Lei Orgânica e outras normas, bem como de possuir administração própria.

Diante dessa autonomia, o legislador constituinte atribuiu competências indicativas ao Município, conforme se observa do art. 30 do texto magno. Essas competências indicativas devem observar a preponderância do assunto legislado local em relação aos demais entes federados.

Contudo, a divisão de poderes no Município, como princípio fundamental do texto magno, atribui à administração do Poder Legislativo a competência para que a Mesa Diretora inicie o processo legislativo de normas que tratem de indenizações ou verbas indenizatórias de seus servidores, conforme o art. 16 da Lei Orgânica.

A Carta Constitucional de 88, em seu art. 2º, estabelece como princípio fundamental a separação dos poderes. Trata-se da divisão do poder uno do Estado em funções, cada qual com funções preponderantes, e, excepcionalmente um poder exerce de forma atípica a função constitucional de outro.

Dentro da separação e organização dos Poderes no texto constitucional, podemos encontrar matérias de competências privativas ou exclusivas do Legislativo, bem como matérias que dependem da sanção do Prefeito Municipal.

Em nosso Município, a Lei Orgânica (lei que rege o Município) organiza os Poderes Públicos do ente federado local, com funções típicas e excepcionalmente algum outro poder exercendo função atípica.

Assim sendo, embora há competência privativa da Câmara Municipal de organizar seus serviços, a remuneração dos cargos e funções e serviços deve ser por meio de lei de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal, conforme se extrai dos arts. 16 e 18 da Lei Orgânica.

Assim sendo, o pagamento de verba indenizatória de servidores do Poder Legislativo deve ser precedido de aprovação de lei ordinária para esse fim, cuja iniciativa é da Mesa Diretora (art. 16 da Lei Orgânica).

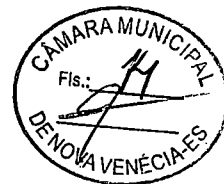
Observa-se que se trata de concessão do pagamento em dobre referente aos valores do vale alimentação para o mês de dezembro de 2024, como forma de indenizar despesas realizadas em um período que realmente há um consumo maior de alimentos e realização de confraternizações.

Para maior nitidez da justificativa, reproduzimos o texto da mensagem da Mesa Diretora:





Câmara Municipal de Nova Venécia Estado do Espírito Santo



“Apresentamos para apreciação e deliberação dos órgãos competentes deste Poder Legislativo, o projeto de lei em anexo, que dispõe sobre o pagamento em dobro do valor do auxílio alimentação dos servidores da Câmara Municipal, para o mês de novembro de 2023.

A proposição objetiva conceder uma perspectiva melhor de um período em que os servidores possuem maiores gastos em decorrência do fim do ano, em que envolve maior consumo em restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos que fornecem comidas e alimentos diversos.

As normas de indenização não se enquadram em ganhos habituais, pois objetivam indenizar gastos que ocorrem em face das necessidades em deslocamentos, alimentos, dentre outros dessa natureza.

A iniciativa tem fundamento no art. 16 da Lei Orgânica do Município, de competência da Mesa Diretora, e observado o princípio da separação dos poderes previsto no texto do art. 2º da Constituição Federal, reproduzido no art. 8º da Lei Orgânica.

A espécie adotada é a lei ordinária, pela obrigatoriedade da administração pública atuar em submissão à lei, espécie esta adotada como regra geral na seara do processo legislativo, para os casos que implicam valores atribuídos.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o relatório de impacto orçamentário e financeiro.

Sendo assim, aguardamos o pronto acolhimento da proposição.

É a justificativa.”

Encontra-se também anexado aos autos do presente processo legislativo, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro realizada pelo técnico em contabilidade do Poder Legislativo Municipal.

IV – VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, considerando que a propositura atende aos requisitos formais e materiais, estando, portanto, apta à apreciação e deliberação, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 48/2024.

É o PARECER pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 48/2024.



